

FUNDAÇÃO DO ABC
EDITAL nº 01/2014 DO PROCESSO SELETIVO
(CÓDIGO 1- PLENO) ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO PLENO

Um povo milenar, mas sem reconhecimento

Antes de os espanhóis ou os incas construírem um império na América do Sul, um povo já havia desbravado a região dos Andes e firmado ali uma sociedade que existe há mais de 3 mil anos: os uros. A história deles ainda é pouco conhecida e documentada - até suas origens ainda são um mistério para arqueólogos. No entanto, um grupo de geneticistas e antropólogos decidiu dar o primeiro passo para desvendar a história da etnia.

Membros do Projeto Genográfico - que pretende mapear o genoma de diferentes grupos étnicos ao redor do mundo - iniciaram, em 2007, a coleta do DNA de cerca de 2,4 mil uros na Bolívia e no Peru. O material foi analisado no Centro de Pesquisa da América Latina, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o resultado aponta que esta etnia não possui descendência comum com nenhum outro povo da região.

Apesar da miscigenação com outros povos andinos através dos séculos, há traços genéticos que são únicos entre as pessoas que habitam aquela região. Segundo o coordenador do Projeto Genográfico na América Latina, o biólogo Fabrício Rodrigues Santos, da UFMG, isto indica que esta população pode ser da mesma linhagem dos antigos urus, as primeiras comunidades a povoarem o Altiplano Andino.

Os uros vivem às margens de lagos e rios do Peru e da Bolívia, principalmente no Titicaca. Na Bolívia, eles possuem reconhecimento do governo e são incluídos dentro da legislação para as minorias indígenas. No entanto, o grupo étnico não recebe a mesma proteção no Peru. Os uros do Titicaca peruano ainda lutam pela demarcação da terra onde vivem. Segundo o antropólogo Michael Kent, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que colaborou com o Projeto Genográfico, a população daquela região tem se mobilizado desde 2001 para conquistar o controle do seu território, mas ainda enfrenta preconceitos que dificultam a promoção dos seus direitos.

Um destes preconceitos é o reconhecimento de sua linhagem distinta de outros povos indígenas, como os Aimarás e Quéchuas. Como o dialeto original dos uros não é mais falado na região, o povo peruano não os reconhece como legítimos descendentes dos antigos urus. Para Kent, o resultado da pesquisa fortalece a luta deste povo na busca por seus direitos e pode mudar a realidade desta população. "Os dados genéticos conseguiram convencer uma opinião pública que não era receptível a nenhum argumento social ou cultural quanto à autenticidade dos uros, mesmo eles tendo uma cultura única", explica.

Os uros vivem em ilhas artificiais flutuantes, feitas de juncos extraídos das margens de lagos e rios. Eles possuem uma tradição milenar, ligada à pesca. No entanto, atualmente, dependem majoritariamente do turismo.

Disponível em: <http://estadao.br.msn.com/ciencia>

1. A partir da leitura do texto, podemos concluir que:

- I - Apesar dos recentes resultados, a formação das primeiras comunidades uros no Altiplano dos Andes ainda é um mistério para os cientistas.
- II - Como não há registro escrito ou evidências claras das antigas ocupações dos lagos e rios andinos, cientistas mapeiam ancestralidade de povos uros dos Andes, no Peru e na Bolívia.
- III - Uma suposição é que eles teriam surgido de uma migração dos mochicas que habitam o litoral norte do Peru, já que esta população possui hábitos parecidos com os uros, ou seja, ainda preservariam hábitos que antecedem o desenvolvimento de todos os grupos que ocuparam a América Latina.
- IV - A hipótese mais plausível é que eles tenham surgido dos primeiros povos nômades que conseguiram chegar ao Altiplano e isto explicaria a falta de relações genéticas com outras etnias da região. São pescadores uma característica da linhagem dos uros.
- V - Os uros do Titicaca peruano lutam por seus direitos, pois sofrem muitos preconceitos e ainda não conseguiram a demarcação da terra onde vivem, apesar de possuírem hábitos bem parecidos com os dos antigos uros.

Os itens corretos são:

- A) I, III, IV e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.

9. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal adequada.

Já _____ anos que não nos vemos.
Neste local _____ árvores e flores.
Hoje, só _____ ervas daninhas.

- A) fazem / havia / existem
- B) faz / havia / existem
- C) fazem / havia / existe
- D) faz / havia / existe

10. Marque a frase inaceitável, do ponto de vista da concordância nominal.

- A) No calor, é bom bebermos bastante líquido.
- B) Nunca foi permitido presença de estranhos nesse departamento.
- C) Nos dias de hoje, é necessária paciência.
- D) Aprendi com minha avó que água de melissa é ótimo para os nervos.

11. De acordo com a Resolução CFC 750 de 1993:

- A) a Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos. Especialmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto, ou previsível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.
- B) a Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação do Resultado Patrimonial. A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos. A extinção da Entidade tem prazo indeterminado, imprevisto, ou imprevisível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Entidade por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de caixa.
- C) a Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação do Patrimônio. A continuidade influencia o valor econômico e financeiro dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos. A extinção da Entidade tem prazo indeterminado, imprevisto, ou imprevisível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Prudência por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de caixa.
- D) a Continuidade ou não da Entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação do Patrimônio. A continuidade influencia o valor financeiro dos ativos e, em muitos casos, o valor ou vencimento dos passivos. A extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto, ou previsível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Oportunidade por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de caixa.

12. De acordo com a Resolução CFC 750 de 1993 o Princípio da Oportunidade refere-se simultaneamente, à tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independente das causas que as originaram. Como resultado da observância do Princípio da Oportunidade:

- I - Desde que devidamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir plena certeza de sua ocorrência.
- II - O registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos contábil e monetário.
- III - O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um período de tempo indeterminado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a I está correta.
- B) Todas estão corretas.
- C) Todas estão incorretas.
- D) Apenas a II está correta.

13. De acordo com a Resolução CFC 750 de 1993 o Princípio da Prudência determina:

- A) a adoção do maior valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das variações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau confiável.
- B) a adoção do maior valor para os componentes do Ativo e do menor para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a qualificação das variações patrimoniais que modifiquem o Patrimônio Líquido. A aplicação do Princípio da Prudência ocorre quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem certezas de grau variável.
- C) a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a qualificação das alterações patrimoniais que modifiquem o Patrimônio Líquido. A aplicação do Princípio da Prudência ocorre quando, para definição dos valores pertencentes ao patrimônio da entidade, devem ser feitas estimativas que envolvam incertezas de grau variável.
- D) a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido. A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

14. Na Resolução CFC 1.282 de 2.010, O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- I - Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;
- II - Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;
- III - Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;
- IV - Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e
- V - Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV, apenas.
- B) II, III, IV e V, apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) I, III, IV e V, apenas.

15. O Balanço Patrimonial é a demonstração que tem por objetivo expressar os elementos financeiros e patrimoniais de uma entidade, através de apresentação ordenada de suas aplicações (Ativo) e das origens (passivos) dos recursos. No Ativo as contas são dispostas em ordem decrescente do grau de liquidez, nos seguintes grupos:

- A) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente.
- B) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.
- C) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Imobilizado.
- D) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Não Circulante.

16. No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- I - Passivo Circulante;
- II - Passivo Não Circulante; e
- III - Patrimônio Líquido, dividido em Capital Social, Reserva de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos na Lei 6.404 de 1976.
- B) Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, nos casos previstos na Lei 6.404 de 1976.
- C) Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, as variações dos aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de caixa, nos casos previstos na Lei 6.404 de 1976.
- D) Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao princípio da oportunidade, os registros de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos na Lei 6.404 de 1976.

17. No Balanço, os elementos do Passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- I - As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;
- II - As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;
- III - As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

- A) Apenas a I está correta.
- B) Estão corretas a I e a II.
- C) Todas estão corretas.
- D) Apenas a III está correta.

18. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente seis itens estão corretos.
- C) Somente cinco itens estão corretos
- D) Somente quatro itens estão corretos.

19. Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- A) as receitas e os rendimentos recebidos no período, dependentemente da sua realização em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes aos recebimentos e rendimentos.
- B) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- C) as receitas e os valores ganhos no período, independentemente do recebimento em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- D) as receitas e os valores ganhos no período, dependentemente da sua realização em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

20. Assinale a alternativa incorreta.

- A) O controle prévio é realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo.
- B) O controle repressivo será realizado sobre o projeto de Lei e não sobre a lei.
- C) O controle prévio pode ser realizado pelo Legislativo, Executivo e Judiciário.
- D) O controle concentrado de Constitucionalidade de lei ou ato normativo recebe tal denominação pelo fato de concentrar-se em único tribunal.

21. A Constituição Federal de 1988 classifica os direitos e garantias fundamentais em:

- I - Direitos Individuais.
- II - Direitos coletivos.
- III - Direitos sociais.
- IV - Direitos à nacionalidade.
- V - Direitos políticos.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Apenas quatro itens estão corretos.
- C) Apenas três itens estão corretos.
- D) Apenas o item III está correta.

22. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37 da CF). Assinale a alternativa incorreta.

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

23. De acordo com o artigo 38 da Constituição Federal ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso primeiro;
- IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;
- V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

- A) Todas as disposições estão corretas.
- B) Apenas as disposições I, II e V estão corretas.
- C) Apenas as disposições I, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as disposições II e V estão corretas.

24. Assinale a alternativa correta.

- A) Aos servidores titulares de cargos eletivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter acumulativo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da CF.
- B) Aos servidores titulares de cargos eletivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter acumulativo e constante, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da CF.
- C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da CF.
- D) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, são considerados contribuintes do regime de previdência de caráter acumulativo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da CF.

25. Assinale a alternativa incorreta.
- A) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - B) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - C) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - D) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
26. As fontes do Direito Objetivo se classificam em materiais, formais e não-formais, pode-se afirmar que:
- A) as fontes materiais são a lei e o costume e as fontes formais se dividem em principal e subsidiária.
 - B) as fontes formais são a lei e o costume e as fontes não formais se dividem em produção legislativa e produção difusa da sociedade.
 - C) as fontes materiais se dividem em produção legislativa e produção difusa da sociedade e as fontes não formais em principal e subsidiária.
 - D) as fontes formais em produção legislativa e produção difusa da sociedade e as fontes não formais em principal e subsidiária.
27. O Direito Administrativo está voltado para o estudo da Administração Pública, sob o critério orgânico e funcional propriamente dito, portanto, a Administração Pública é:
- A) a fonte do Direito Administrativo.
 - B) o ramo do Direito Administrativo.
 - C) o objeto do Direito Administrativo.
 - D) o ato do Direito Administrativo.
28. A Administração Pública pode celebrar dois tipos básicos de Contratos, são eles, Contratos Privados e Contratos Administrativos. Assinale a alternativa correta.
- A) Contrato Privado é regido pelo direito privado, onde o particular possui supremacia em relação ao Estado e Contrato Administrativo é regido pelo direito público, onde o Estado está em posição de supremacia sobre o particular contratante, possuindo, a Administração Pública, prerrogativas exclusivas e, o particular, ônus exclusivos.
 - B) Contrato Privado é regido pelo direito privado, onde o Estado e o particular estão no mesmo plano jurídico, possuindo ambas as partes direito e obrigações equivalentes e Contrato Administrativo é regido pelo direito público, onde o Estado está em posição de supremacia sobre o particular contratante, possuindo, a Administração Pública, prerrogativas exclusivas e, o particular, ônus exclusivos.
 - C) Contrato Privado onde o particular possui supremacia em relação ao Estado e Contrato Administrativo, onde o Estado está em posição de supremacia sobre o particular contratante, possuindo, a Administração Pública, prerrogativas exclusivas e, o particular, ônus exclusivos, ambos regidos pelo direito público.
 - D) Contrato Privado, onde o Estado e o particular estão no mesmo plano jurídico, possuindo ambas as partes direito e obrigações equivalentes e Contrato Administrativo, onde o Estado está em posição de supremacia sobre o particular contratante, possuindo, a Administração Pública, prerrogativas exclusivas e, o particular, ônus exclusivos, ambos regidos pelo direito público.
29. Licitação é o procedimento administrativo vinculado pelo qual a Administração Pública seleciona o(s) interessado (os) em celebrar futuro contrato administrativo cuja proposta seja, em tese, a melhor. Assinale a alternativa correta.
- A) Procedimento administrativo é um conjunto de atos ou atividades de caráter administrativo, que tem por objetivo atingir certo fim ou uma determinada finalidade de natureza administrativa.
 - B) Um dos princípios que regem a Licitação é o princípio do procedimento formal que pode ser definido como aquele que torna obrigatória a vinculação de todo o procedimento licitatório ao preceito imposto pela norma legal.
 - C) O objeto da Licitação, em termos próprios, é a obra, o serviço, a compra, a alienação, a locação ou a concessão que deve ser contratada com o particular.
 - D) Os fundamentos da Licitação podem ser classificados como legal e exclusivo.

30. A licitação destina-se:

- A) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da uniformidade, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- B) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da uniformidade, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- C) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- D) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da tempestividade, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

31. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Assinale a alternativa correta.

- A) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados e cada Território elegerá quatro Deputados.
- B) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de sete ou mais de setenta Deputados e cada Território elegerá cinco Deputados.
- C) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de oitenta Deputados e cada Território elegerá seis Deputados.
- D) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de seis ou mais de sessenta Deputados e cada Território elegerá seis Deputados.

32. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão:

- A) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos direta e indiretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de colarinho branco a ausência sem justificativa adequada.
- B) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos direta e indiretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime civil a ausência sem justificativa adequada.
- C) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime a ausência sem justificativa adequada.
- D) convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

33. A Administração Pública no Brasil é dividida Direta e Indireta, assinale alternativa incorreta.

- A) A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- B) A Administração Indireta compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: Autarquias; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas.
- C) A Administração Direta se constitui dos serviços correlatos na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e cujas entidades vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- D) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

34. Preencha as lacunas abaixo.

A delegação de competência será utilizada como instrumento de _____ administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender. O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições _____ de delegação.

- A) centralização – objetivas
- B) descentralização – objeto
- C) descentralização – objetivas
- D) centralização – principais

35. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
- II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;
- V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;
- IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente nove itens estão corretos.
- C) Somente três itens estão corretos.
- D) Apenas um item está incorreto.

36. A Contabilidade Governamental é um dos ramos mais complexos da Ciência Contábil e tem por objetivo:

- A) captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e compensatórias das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas empresas públicas, através da metodologia especialmente concebida para tal.
- B) captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os lançamentos que afetam as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e compensatórias das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas sociedades mistas, através da metodologia especialmente concebida para tal.
- C) captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através da metodologia especialmente concebida para tal.
- D) captar, registrar, acumular, resumir e interpretar as variações que afetam as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais das entidades de direito público interno e externo, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas fundações, através da metodologia especialmente concebida para tal.

37. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
- B) Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.
- C) Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.
- D) Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento do orçamento, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento do balanço patrimonial, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

38. O Sistema Orçamentário evidencia:

- A) todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira e que não são compreendidas na execução orçamentária, as quais serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.
- B) os registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.
- C) o levantamento geral dos bens móveis e imóveis e terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- D) o registro contábil da Receita e da Despesa, de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos Créditos Adicionais.

39. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as seguintes normas:

- I - Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;
- II - Os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;
- III - Os bens de almoxarifado, pelo preço do primeiro elemento que entrar no estoque.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.

40. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Variações Ativas são alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que diminuem a situação patrimonial.
- B) As Variações Ativas – Resultantes da Execução Orçamentária são feitas no final do exercício, quando se der o encerramento dos balanços com base na Receita Orçamentária arrecadada no exercício financeiro.
- C) Variações Ativas – Mutações Patrimoniais são as decorrentes de uma troca de bens, permutados entre elementos do ativo, por bens ou valores de caráter permanente, e originam-se, sempre, da execução orçamentária.
- D) Variações Ativas – Independentes da Execução Orçamentária são as que provocam modificam no patrimônio, aumentando-o; porém, não se originam da execução orçamentária.

41. São alterações nos valores do patrimônio público, diminuindo a situação patrimonial, por incorporação e desincorporação ou baixa, conseqüente da alienação, depreciação e desvalorização de bens, constituição de dívidas passivas, recebimento de créditos, cobrança da dívida ativa, insubsistências ativas ou superveniências passivas.

- A) Variações Ativas.
- B) Variações Passivas.
- C) Variações Ativas – Independentes da Execução Orçamentária.
- D) Insubsistências Passivas.

42. Analise o seguinte lançamento contábil de um Ente Público.

- Moveis e Utensílios	\$15.000,00
- Veículos	\$12.000,00
- Almoxarifado	\$11.000,00
- a Aquisição de Bens Móveis	\$38.000,00

Trata-se de:

- A) uma Variação Ativa – Resultante da Execução Orçamentária.
- B) uma Variação Ativa – Independente da Execução Orçamentária.
- C) uma Variação Ativa – Mutação Patrimonial.
- D) uma Superveniência Ativa.

43. Analise o lançamento contábil abaixo de um Ente Público referente a emissão de empenhos.

- Despesa Corrente	\$25.000,00
- a Despesa Corrente	\$25.000,00

Trata-se de um lançamento no:

- A) Sistema Patrimonial.
- B) Sistema Financeiro.
- C) Sistema de Compensação.
- D) Sistema Orçamentário.

44. Assinale a alternativa incorreta.

- A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as receitas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- B) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- C) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

45. A _____ não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

- A) Lei de Responsabilidade Fiscal
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- C) Lei Orçamentária Anual
- D) Lei das Licitações

46. De acordo com a Lei 101 de 2000, Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas:

- A) metas anuais, em valores correntes e fixos, relativas a receitas, despesas, resultados das variações e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para o próximo.
- B) metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- C) metas anuais, em valores correntes e variáveis, relativas a receitas, despesas, resultados das variações e principal da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- D) metas bianuais, em valores correntes e variáveis, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e principal da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para o próximo.

47. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá _____, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Complete a lacuna:

- A) anexo de Metas Fiscais
- B) demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos
- C) política Fiscal do Plano Plurianual
- D) anexo de Riscos Fiscais

48. De acordo com Lei 101 de 2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida. A repartição dos limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais na esfera estadual.

- I - 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
- II - 7% (sete por cento) para o Judiciário;
- III - 48% (quarenta e oito por cento) para o Executivo;
- IV - 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.

49. De acordo com a Resolução CFC 1024 de 2005 o auditor deve registrar nos papéis de trabalho informação relativa:

- I - Ao Planejamento de auditoria.
- II - A Natureza.
- III - A Oportunidade.
- IV - A Extensão dos Procedimentos Aplicados.
- V - Os Resultados Obtidos.
- VI - As suas Conclusões da Evidência da Auditoria.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente cinco itens estão corretos.
- C) Somente dois Itens estão corretos.
- D) Somente três itens estão corretos.

50. De acordo com a Resolução CFC 836 de 1999, o termo fraude refere-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulterações de documentos, registros e demonstrações contábeis. A fraude pode ser caracterizada por:

- I - Manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados.
- II - Apropriação indébita de ativos.
- III - Apropriação indébita de passivos.
- IV - Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis.
- V - Registro de transações sem comprovação.
- VI - Aplicação de práticas contábeis indevidas.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas quatro itens estão corretos.
- B) Apenas três itens estão corretos.
- C) Todos os itens estão corretos.
- D) Apenas cinco itens estão corretos.